



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

TARDE

PROCURADOR DO ESTADO

SEGUNDA PROVA PRÁTICA

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno de questões, você receberá do fiscal de sala um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas



INFORMAÇÕES GERAIS

- As respostas deverão ser manuscritas de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta **azul ou preta**, fabricada em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para o caderno de textos definitivos
- O caderno de textos definitivos não poderá ser assinado ou rubricado, nem conter qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso público
- Somente o texto transcrito para o caderno de textos definitivos será considerado válido para a correção. Os espaços para rascunho no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não valerão para a avaliação
- Não haverá substituição do caderno de textos definitivos por erro do candidato
- A transcrição do texto da questão para o respectivo espaço do caderno de textos definitivos será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas neste caderno de questões
- Durante a realização da prova será **proibida** a consulta de apontamentos, a utilização de qualquer tipo de máquina ou aparelho eletrônico e consulta a obras jurídicas e/ou textos legais comentados ou anotados
- Material de uso permitido: legislação não comentada, não anotada e não comparada, o que inclui códigos, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e regimento interno de tribunais ou conselhos; súmulas não comentadas; e legislação estadual obtida na internet, impressa em apenas uma face, até o máximo de 20 (vinte) folhas
- O material de uso permitido poderá conter evidências de utilização anterior, tais como: trechos destacados por marca-texto, sublinhados etc.; simples remissão a artigos ou a texto de lei (ex.: vide art. 2º da Lei n. 8.112/1990); e separação de códigos por cores, marcador de página, post-it (desde que não contenha qualquer anotação ou comentário), cliques ou similares
- Os materiais de consulta que não foram vistoriados antes do início da prova não poderão ser utilizados em nenhuma hipótese
- O candidato que descumprir as instruções de utilização de material de consulta será eliminado do concurso público e sua prova será anulada

Boa sorte!

Questão 01

“(...) a intervenção estatal na atividade econômica, através da tributação ambiental, é medida essencial para estimular a convivência harmoniosa entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente, de forma a atingir o principal objetivo preconizado pelo desenvolvimento sustentável, qual seja, proteger as necessidades das atuais sem prejuízo das necessidades das futuras gerações”. (ROBL, Ronan Saulo. **Impostos Estaduais como Instrumento Auxiliar para o Alcance da Sustentabilidade**. 1ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 86).

Não é por outra razão que além de previsão no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, a proteção ao Meio Ambiente foi incluída como um dos princípios da ordem econômica brasileira (Art. 170, inciso VI, da CF).

A respeito dos tributos ambientais, discorra acerca do chamado ICMS Ecológico, indicando seu conceito e apontando seu respaldo constitucional.

Fale ainda sobre a posição do STF acerca da possibilidade de se instituir a cobrança do ICMS sobre a operação de extração de petróleo e sobre a operação de circulação de petróleo desde, os poços de extração até a empresa concessionária como mecanismo de mitigação ambiental e por fim, de forma sucinta, aponte quais são as classificações dos tributos quanto a sua finalidade e quanto ao destino de arrecadação, exemplificando-os.

Valor: 2 pontos

Máximo de 40 linhas.

RASCUNHO

Questão 02

“A vinculação de receitas é um dos temas mais relevantes e debatidos das finanças públicas. Por um lado, a vinculação auxilia a implementação de determinadas políticas públicas. Por outro, torna mais difícil o gerenciamento do Orçamento”.(OLIVEIRA, Weder de. **Curso de responsabilidade fiscal: direito, orçamento e finanças públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 729).

Em relação a abertura de crédito suplementar este *“fundamenta-se na necessidade de reforço da dotação orçamentária”* (CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p.110-111)

Sobre a vinculação de receitas públicas e a abertura de crédito suplementar e especial pelo poder público, responda:

- a) O gestor Público está obrigado a aplicar todos os recursos vinculados a uma finalidade específica no mesmo exercício financeiro? Justifique.
- b) Passado o exercício financeiro é possível aplicar recursos vinculados a uma finalidade específica em uma finalidade diversa no exercício financeiro posterior? Justifique.
- c) Pode-se abrir crédito suplementar e especial com vigência para o próximo exercício financeiro? Justifique
- d) Para abertura de crédito suplementar e especial basta apenas decreto executivo? Justifique.

Valor: 2 pontos

Máximo de 40 linhas.

RASCUNHO

Composição Jurídica

Pretendendo lançar chamamento público para o recebimento de propostas de empréstimo gratuito de sala comercial com 200 a 250 metros quadrados, localizada em centro comercial de grande circulação no centro do Município de Joinville, pelo prazo mínimo de 3 anos, destinada à instalação de um posto de expedição de carteiras de identidade, o Perito-Geral da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina remeteu à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP, os seguintes questionamentos, solicitando ao Secretário a submissão das dúvidas à Consultoria Jurídica da SSP, órgão setorial do Sistema de Serviços Jurídicos.

Indaga o Perito-geral se existe alguma vedação legal para que a Administração Pública utilize, gratuitamente, sala comercial oferecida por centro comercial.

Não havendo vedação, perquire se o comodato é espécie adequada de contrato para o caso e quais são as suas características.

Questiona se no caso a contratação será regida por normas de direito público ou privado e qual a legislação aplicável.

Solicita que sejam indicadas as obrigações das partes nesta espécie de contrato e, por fim, requer que sejam apontados os elementos e as cláusulas essenciais do instrumento a ser celebrado.

Na qualidade de Procurador do Estado de Santa Catarina, lotado na Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Segurança Pública, elabore parecer respondendo, fundamentadamente, às dúvidas apresentadas pelo Perito-Geral.

Para tanto, observe a Orientação em Práticas Consultivas de nº 5/2022, editada pela Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, segundo a qual *“As manifestações consultivas devem ser redigidas de forma clara, com especial cuidado à conclusão, a ser apartada da fundamentação e conter exposição especificada das orientações e recomendações formuladas, utilizando-se tópicos para cada encaminhamento proposto, a fim de permitir à autoridade pública consulente sua fácil compreensão e atendimento.”*

Elabore, ademais, ementa com síntese da matéria analisada.

A peça deverá ser assinada como “FULANO DE TAL – PROCURADOR DO ESTADO – OABSC XXXXXX”

Por fim, observe na elaboração do parecer a Orientação em Práticas Consultivas 1/2022 cujo teor é o seguinte: *“Aos órgãos componentes do Sistema de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta incumbe prestar consultoria e assessoramento sob prisma estritamente jurídico. Não lhes compete, portanto, analisar ou revisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, tampouco adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados.”*

Valor: 6 pontos

Máximo de 190 linhas.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

